# G20, G7 e OCDE

*G20, el G7 y la OCDE*

*G20, G7, and OECD*

***Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar***

## Projeções britânicas para a presidência do G20 e a articulação de novas parcerias globais diante do silêncio em Washington

*Las previsiones del Reino Unido respecto a la presidencia del G-20 y la creación de nuevas alianzas mundiales ante la reticencia de Washington*

*UK projections for the G20 presidency and the forging of new global partnerships in light of Washington's reticence*

**Resumo:** O informe analisa os preparativos do Reino Unido para a presidência do G20 em 2027 diante da paralisia institucional em Washington. Destaca os planos de Londres para reformar o sistema financeiro global e reconfigurar o desenvolvimento internacional por meio de investimentos locais. Aborda também o apoio diplomático britânico à África do Sul contra o isolamento norte-americano, visando preservar a representatividade no bloco.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: El informe analiza los preparativos del Reino Unido para la presidencia del G-20 en 2027 ante el estancamiento institucional en Washington. Destaca los planes de Londres para reformar el sistema financiero mundial y reconfigurar el desarrollo internacional mediante inversiones locales. También aborda el apoyo diplomático británico a Sudáfrica frente al aislamiento por parte de Estados Unidos, con el objetivo de preservar la representatividad en el bloque.*

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; Africa; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The report assesses the UK's preparations for the 2027 G20 presidency amid institutional gridlock in Washington. It highlights London's plans to reform the global financial system and reshape international development through local investments. It also addresses British diplomatic support for South Africa against U.S. isolation, with the aim of preserving representation within the bloc.*

***Keywords:** G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation.*

Enquanto as trilhas oficiais da atual presidência norte-americana do G20 seguem estagnadas e sem qualquer atualização substantiva a respeito do andamento dos grupos de trabalho, o cenário internacional testemunha uma articulação antecipada e robusta do Reino Unido para a liderança do bloco em 2027. Retomando as análises da quinzena anterior, o primeiro-ministro Keir Starmer já havia delineado que o foco central britânico estaria na geração de crescimento estável, comércio justo e oportunidades de emprego. Diante da paralisia política em Washington, Londres se prepara para assumir o grupo com a clareza de que mantém um domínio incontestável como potência financeira global. Essa posição confere ao país uma capacidade jurídica e econômica única para liderar reformas do sistema internacional, buscando afastar o fórum do minimalismo institucional que caracteriza a condução norte-americana e abrindo espaço para um recomeço global nas políticas de desenvolvimento.

Essa transição ganhou urgência após os recentes cortes nos orçamentos britânicos de ajuda internacional, cujas reduções severas devem resultar em quase três milhões de crianças a menos nas escolas e doze milhões de pessoas destituídas de acesso à água potável. A lógica por trás do planejamento britânico é que reescrever as regras do jogo econômico pode compensar esses danos de maneira estrutural, substituindo a simples emissão de crédito por medidas legislativas de grande impacto. Atualmente, o fluxo de capitais opera de maneira invertida e prejudicial, visto que as nações africanas gastam cerca de cinquenta vezes mais com o pagamento de dívidas externas do que o valor total que recebem em ajuda britânica. Apenas entre 2022 e 2024, credores privados lucraram ao extrair 141 bilhões de dólares a mais de países de baixa renda do que efetivamente emprestaram. Para reverter esse quadro, o governo se apoia no fato de que 90% dessas dívidas soberanas com bancos e fundos de *hedge* são regidas pelas leis inglesas. Por meio de uma única legislação, o Reino Unido possui o poder de obrigar a cooperação desses credores privados em processos de alívio financeiro, reproduzindo o sucesso de uma lei introduzida em 2010 sob a gestão de Gordon Brown, a qual protegeu os cofres públicos e preservou intacta a competitividade de Londres.

Outro pilar dessa ampla reestruturação consiste no combate contundente à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos, que atualmente desviam dez dólares de países em desenvolvimento para cada dólar que entra na forma de assistência. Estima-se que a África tenha perdido cerca de um trilhão de dólares desde 1980 devido a essas práticas, enquanto os países mais pobres perdem 46 bilhões de dólares anualmente por abusos fiscais corporativos. O Reino Unido detém grande responsabilidade e capacidade de ação nesse cenário, uma vez que o próprio país e seus territórios ultramarinos facilitam cerca de um quarto de toda a evasão fiscal global, somando perdas superiores a 100 bilhões de dólares por ano. A exigência britânica foca na criação de registros públicos totalmente acessíveis sobre a propriedade real de empresas nesses territórios, medida apontada como central para desmantelar o sigilo *offshore*. Além disso, o governo britânico planeja usar seu peso como acionista para exigir reformas no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, demandando o fim de sobretaxas punitivas, maior poder de voto para o Sul Global por meio da reforma das cotas e a adoção de avaliações que considerem as mudanças climáticas e os direitos humanos, ajudando a blindar a economia global contra a volatilidade.

Essa mudança pretendida na arquitetura financeira caminha lado a lado com a nova abordagem de desenvolvimento detalhada pela Secretária de Relações Exteriores, Yvette Cooper, na Conferência de Parcerias Globais. Embora o encontro não tenha sido focado especificamente no G20, os debates definiram o tom sobre como o Reino Unido pretende assumir a presidência do bloco e sobre as prioridades que considera importantes para o seu

mandato. O evento foi coorganizado com a África do Sul, uma colaboração que celebra o trabalho conjunto desenvolvido por ambas as nações no ano anterior durante a recomposição do Fundo Global, esforço que assegurou mais de 11 bilhões de dólares em promessas de doação para combater a aids, a tuberculose e a malária. Em um cenário marcado por crises simultâneas, Cooper celebrou os avanços das últimas décadas na redução da extrema pobreza, mas alertou para as graves vulnerabilidades atuais.

A secretária utilizou a crise no Estreito de Ormuz como o principal exemplo dessa fragilidade, explicando que o tráfego diário de navios despencou de noventa para apenas cinco embarcações, deixando oitocentos navios e vinte mil marinheiros retidos. Essa retenção bloqueou o envio de óleo de aquecimento para a Ásia e de fertilizantes essenciais para a África, colocando 45 milhões de pessoas no Sul Global sob risco iminente de fome aguda. Para lidar com as consequências imediatas, ela ressaltou a pressão britânica por ações rápidas e coordenadas do Banco Mundial e do FMI, além de revelar que o Reino Unido prepara uma missão marítima multilateral, em conjunto com a França, para restaurar a livre navegação comercial na região. A fim de evitar que crises geopolíticas continuem paralisando a economia global, Cooper apontou a transição para a energia limpa como o caminho para a verdadeira segurança e independência, visto que energias renováveis não podem ser sequestradas por estados hostis. Como ação prática, foi anunciado um novo investimento de 4,6 bilhões de libras, viabilizado por meio da instituição financeira de desenvolvimento britânica, com foco no apoio à transição climática e na construção de segurança energética em mercados emergentes. Essa medida reflete a visão de que as antigas políticas falharam ao gerar dependência, sendo necessário ouvir as demandas do Sul Global por mais agência e capacidade de decisão locais.

Para colocar esse novo modelo em prática, a secretária detalhou três mudanças estratégicas centrais na atuação britânica. Na frente do financiamento do desenvolvimento, o Reino Unido passará do seu papel tradicional de doador ao de investidor. Em vez de focar apenas em repasses governamentais, a estratégia será mobilizar diferentes capitais e fornecer expertise técnica de alto nível. Isso é ilustrado pela ajuda estrutural na criação da primeira bolsa de valores pública da Etiópia e pela assistência fiscal que permitiu ao Gana arrecadar 100 milhões de dólares adicionais em receitas para saúde e educação. Cooper também destacou a injeção de 650 milhões de libras no Fundo Africano de Desenvolvimento, verba que ajudará a alavancar até 1,6 bilhão de libras em empréstimos e fomentará a emissão de títulos na Bolsa de Valores de Londres pela primeira vez.

Na área de ajuda humanitária, a nova estratégia priorizará as nações mais necessitadas, reconhecendo que mais da metade da extrema pobreza do mundo está atualmente concentrada em estados frágeis e afetados por conflitos, como o Sudão, o Líbano e a Palestina. O plano britânico não se limitará ao envio de recursos de emergência, mas passará a priorizar incisivamente a resolução diplomática desses conflitos, que irradiam instabilidade por todo o globo. Em paralelo, o Reino Unido apoiará reformas profundas no sistema das Nações Unidas com o objetivo de transferir os recursos e o poder de decisão diretamente aos parceiros locais, que realmente compreendem as urgências de suas comunidades.

Por fim, a terceira prioridade apresentada eleva a defesa da igualdade de gênero a uma missão de segurança global. Fortemente marcada pelos relatos de violência sexual sistêmica que ouviu em visita recente a áreas de refúgio na fronteira entre o Sudão e o Chade, a secretária anunciou a intenção do governo britânico de criar uma ampla coalizão internacional, envolvendo os múltiplos países presentes na conferência, para combater frontalmente a violência contra mulheres e meninas. O evento culminou na assinatura do chamado Pacto de

Parcerias Globais, um documento que abandona as tradicionais promessas de doação para focar estritamente na colaboração em tecnologia, expertise e mobilização financeira conjunta. Segundo Cooper, esses mesmos princípios de crescimento mútuo e resiliência pavimentarão as próximas ações do país em fóruns multilaterais e servirão como o verdadeiro motor para a aguardada presidência britânica do G20 em 2027.

Toda essa visão de um sistema internacional reformulado exige um alinhamento diplomático que se choca diretamente com a postura de exclusão adotada pela atual gestão norte-americana. Como já relatamos em algumas ocasiões, a administração do presidente Donald Trump decidiu banir a África do Sul da cúpula do G20 de 2026 em Miami, uma atitude motivada por uma disputa de protocolo ocorrida em Joanesburgo em novembro de 2025 e por alegações de violações de direitos humanos contra os *afrikaners*. Tais acusações já foram amplamente rejeitadas pelas Nações Unidas e por organizações independentes por total falta de fundamentação jurídica. Esse desgaste culminou na negação de credenciais para que chefes de finanças sul-africanos participassem de encontros recentes em Washington, gerando forte repúdio da Comissão da União Africana, que criticou o uso de justificativas fabricadas para minar o multilateralismo e interromper o avanço das prioridades do continente.

Em contraposição a esse isolamento, o Alto Comissário britânico, Anthony Phillipson, defendeu publicamente a África do Sul e classificou a recém-encerrada presidência sul-africana do fórum como altamente significativa e bem-sucedida. O diplomata britânico rebateu a postura de Washington ao afirmar que as complexidades do mundo contemporâneo exigem a ampliação do diálogo e a inclusão de mais vozes nas mesas de negociação, e não menos. Confirmando o compromisso de Londres com a representatividade de atores do Sul Global, Phillipson garantiu que o Reino Unido já está trabalhando e continuará a cooperar estreitamente com as lideranças sul-africanas na formulação da agenda de sua própria presidência do bloco em 2027. Essa articulação busca institucionalizar os avanços africanos em tópicos de sustentabilidade e dívida, garantindo que o legado estabelecido por Pretória permaneça ativo e protegido frente às tensões individuais e ao esvaziamento político verificado no presente ano.

**Referências**


BRETTON WOODS PROJECT. Britain as a global financial superpower: The UK's 2027 G20 presidency is a historic opportunity to fix the system. Londres, 2026. Disponível em: https://www.brettonwoodsproject.org/2026/04/britain-as-a-global-financial-superpower-the-uks-2027-g20-presidency-is-a-historic-opportunity-to-fix-the-system/. Acesso em: 25 maio 2026.

LABOURLIST. G20 global reset: international development. Londres, dez. 2025. Disponível em: https://labourlist.org/2025/12/g20-global-reset-international-development/. Acesso em: 25 maio 2026.

REINO UNIDO. Govenment. Foreign Secretary's keynote speech at the Global Partnerships Conference. Londres: Department for International Development, 19 maio 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/speeches/foreign-secretarys-keynote-speech-at-the-global-partnerships-conference-19-may-2026. Acesso em: 25 maio 2026.

SA PEOPLE. G20 Summit: UK backs South Africa amid Trump administration snub. [S. l.], maio 2026. Disponível em: https://www.sapeople.com/news/g20-summit-uk-backs-south-africa-amid-trump-administration-snub/. Acesso em: 25 maio 2026.

# G7 às vésperas de Évian: comunicado de finanças do G7 e a Cúpula Africa Forward

*G7 en vísperas de Évian: el comunicado de finanzas del G7 y la Cumbre Africa Forward*

*G7 on the Eve of Évian: The G7 Finance Communiqué and the Africa Forward Summit*

**Resumo:** O informe aborda a Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G7, realizada em Paris nos dias 18 e 19 de maio de 2026, principal evento preparatório para a Cúpula de Évian. Ainda, ocorreu a Cúpula Africa Forward, realizada em Nairóbi nos dias 11 e 12 de maio, em que líderes africanos reivindicaram uma arquitetura financeira internacional mais justa.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**. El informe aborda la Reunión de Ministros de Finanzas y Gobernadores de Bancos Centrales del G7, celebrada en París los días 18 y 19 de mayo de 2026, principal evento preparatorio para la Cumbre de Évian. Además, la Cumbre Africa Forward tuvo lugar en Nairobi los días 11 y 12 de mayo, durante la cual los líderes africanos abogaron por una arquitectura financiera internacional más justa.*

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; Africa; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract.** This report covers the G7 Finance Ministers and Central Bank Governors' Meeting, held in Paris on May 18 and 19, 2026, the main preparatory event ahead of the Évian Summit. Furthermore, the Africa Forward Summit took place in Nairobi on May 11 and 12, during which African leaders called for a fairer international financial architecture.*

***Keywords:** G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation.*

Entre os destaques da última quinzena tem-se o encontro dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G7 entre os dias 18 e 19 de maio, em Paris. O encontro se deu sob a presidência do ministro francês Roland Lescure e do governador do Banco da França, François Villeroy. Além de reunir os sete países membros (EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão), contou com a União Europeia e chefes do FMI, Banco Mundial, OCDE, entre outras organizações financeiras, bem como o ministro das finanças da Ucrânia, Sergii Marchenko (FRANCE, 2026). Ainda, Brasil, Índia, Quênia e Coreia do Sul participaram de discussões paralelas no âmbito do evento, o que demonstra uma certa ampliação de diálogo com economias emergentes às vésperas da Cúpula de Évian.

O encontro foi descrito pelas lideranças como “produtivo e franco”, mas “por vezes difícil” (LE MONDE, 2026). Já a cobertura jornalística evidenciou um quadro mais complexo: divisões assinaláveis entre os EUA e os parceiros europeus, especialmente no que tange à recente decisão estadunidense de prolongar por mais 30 dias a isenção de sanções para permitir a venda de petróleo russo (JORNAL ECONÔMICO, 2026). Contudo, o grupo conseguiu emitir um comunicado conjunto, algo que, diante das tensões internas, pode ser lido como um sinal de

unidade mínima necessária para não comprometer a Cúpula de Évian, prevista para 15 a 17 de junho de 2026.

No documento final, o G7 deu ênfase nos seguintes temas: conflito Rússia x Ucrânia, dedicando 7 dos 31 parágrafos ao tema; minerais críticos; e-commerce e aduanas; tributação digital; tecnologias financeiras; mudança climática, que de forma mais técnica e com foco em lacunas de cobertura securitária tenta criar diálogo com os Estados Unidos; e desenvolvimento e dívida.

O tema da Ucrânia ocupou a maior parte do comunicado, com sete dos trinta e um parágrafos dedicados, refletindo a prioridade política da presidência francesa. O G7 reafirmou apoio "inabalável" à soberania e integridade territorial ucraniana, comprometeu-se a manter e ampliar as sanções sobre setores-chave da economia russa (energia, finanças e base industrial-militar), e reiterou o mecanismo ERA (*Extraordinary Revenue Acceleration*), que viabiliza empréstimos a Kiev lastreados nos ativos soberanos russos imobilizados nos países do G7. Um ponto de destaque foi o anúncio da convocação de mobilização de EUR 500 milhões para reparos urgentes ao Novo Confinamento Seguro de Chornobyl (transliteração ucraniana), após ataque russo de drone à usina nuclear. A Conferência de Recuperação da Ucrânia, marcada para Gdansk nos dias 25 e 26 de junho de 2026, foi indicada como próximo espaço de coordenação de apoio (FRANCE, 2026).

Apesar do consenso formal, a imprensa especializada registrou tensões. Segundo o Jornal Econômico (2026), os EUA foram criticados pelos parceiros europeus por alegadamente minarem o multilateralismo e por sua postura ambígua em relação ao petróleo russo. O equilíbrio delicado da declaração conjunta foi lido como um esforço para preservar a aparência de coesão, mais do que um consenso substantivo sobre a condução da guerra.

Em continuidade ao que já vimos nos informes anteriores, o tema dos minerais críticos voltou com destaque redobrado. O comunicado manifesta preocupação explícita com a concentração da produção e do processamento em poucos países, as "práticas não-mercado", uma referência à China, e as restrições arbitrárias de exportação. O G7 reafirmou sua intenção de aprofundar a cooperação via Aliança de Produção de Minerais Críticos (iniciada na presidência canadense) e anunciou um evento especial às margens do B7 (business group), em 10 de junho, para mobilizar investimento privado em minerais estratégicos (FRANCE, 2026).

Para países do Sul Global com reservas minerais relevantes, como o Brasil, a disputa geopolítica que se consolida nesse eixo levanta questões sobre soberania, agregação de valor local e riscos ambientais associados à extração acelerada. O risco de que a corrida por minerais críticos reproduza lógicas extrativistas tradicionais, desta vez legitimadas por um discurso de "transição verde", permanece como uma tensão a ser acompanhada.

No campo do e-commerce, controle aduaneiro e tributação internacional, o G7 reconheceu o crescimento acelerado do comércio transfronteiriço de pequenas encomendas via plataformas de e-commerce (como *Shein* e *Temu*, sem nomeá-las) e o documento final demonstra um consenso relativamente fácil entre os membros. O grupo apontou desafios como concorrência desleal, evasão tributária, segurança de produtos e impactos ambientais, e comprometeu-se a ampliar a cooperação aduaneira entre as trilhas de Finanças e Comércio (FRANCE, 2026). O comunicado ainda acolheu o pacote do Imposto Mínimo Global da OCDE/G20 denominado "*Side-by-Side*" e solicitou à OCDE um relatório de progresso sobre os desafios tributários da economia digital até o final de 2026.

O comunicado abordou três subtemas interconectados: cibersegurança, inteligência artificial e pagamentos transfronteiriços. No campo da cibersegurança, o Grupo de Trabalho de Tecnologias Quânticas publicou relatório sobre riscos ao setor financeiro, e o Grupo de Especialistas em Ciber do G7 avançou na identificação de riscos associados à IA, com referência explícita a "modelos de IA de fronteira" — uma novidade em relação a comunicados anteriores. Sobre IA, o grupo monitora sua difusão nas empresas, com atualização do painel prevista para novembro de 2026. No tema dos pagamentos transfronteiriços, foi reiterado o apoio ao Roteiro G20 para torná-los mais rápidos, baratos e acessíveis (FRANCE, 2026). Ainda, sobre intermediários financeiros não bancários, o grupo reconheceu riscos potenciais de vulnerabilidade associados ao setor (crédito privado, fundos, seguradoras) e anunciou workshop dedicado no segundo semestre de 2026.

Semanas após a polêmica exclusão do tema climático da reunião dos ministros do Meio Ambiente destacado no informe 6, o G7 trouxe a questão, desta vez, pela porta do risco financeiro. Com base em nota técnica da *Network for Greening the Financial System* e análises da OCDE e da Associação Internacional de Supervisores de Seguros, o G7 discutiu como eventos climáticos extremos propagam riscos fiscais e financeiros, especialmente onde há baixa cobertura de seguros e espaço fiscal limitado (FRANCE, 2026).

A abordagem é relevante, mas limitada. Ao tratar o clima como risco financeiro e não como emergência mundial, o tema é tolerado quando serve à estabilidade dos mercados, mas não quando exige compromissos estruturais de redução de emissões. A omissão de qualquer meta climática ou referência ao Acordo de Paris reforça a leitura de que, no G7 de 2026, a coerência continua subordinada ao consenso político com Washington, o que demonstra a fragmentação da governança global. Antes ainda da presidência francesa começar, analistas discutiam a possibilidade da mudança climática aparecer entre as prioridades de forma "ainda especializada, pequena e silenciosa", mas com expectativa de maior visibilidade do que na presidência canadense (KIRTON, 2025). No entanto, ao que parece, o tema segue marginalizado como em Kananaskis.

O tópico mais estruturado e com maior potencial de impacto para países em desenvolvimento é o da arquitetura de financiamento internacional. O G7 endossou os "Princípios para Parcerias Internacionais Mutuamente Benéficas", um novo marco que busca reformar a lógica assistencialista e tornar o financiamento ao desenvolvimento mais eficiente, transparente e orientado pelos países parceiros. O documento reafirma a mobilização de capital privado como complemento essencial ao financiamento público, propõe mecanismos de redução de risco cambial para atrair investidores a economias emergentes e aponta a fragmentação da arquitetura financeira internacional como um problema a ser enfrentado (FRANCE, 2026).

Foram discutidos também os desafios da dívida em economias emergentes: o grupo pediu maior apoio às nações com dívida sustentável, mas com alto serviço da dívida que compromete investimentos produtivos, e chamou à implementação da Abordagem de 3 Pilares FMI-Banco Mundial. O G7 defendeu maior compartilhamento de dados de dívida e maior participação no Exercício de Compartilhamento de Dados (DSE) do Banco Mundial.

Quanto à participação do Brasil, o ministro da Fazenda Dario Durigan esteve em Paris com uma agenda tripartite: discutir os impactos econômicos do conflito no Golfo Pérsico, promover o Brasil como destino de investimento estrangeiro e apresentar a posição brasileira sobre minerais críticos. Em entrevistas à imprensa na capital francesa, Durigan destacou o

programa Eco Invest e a estabilidade macroeconômica brasileira como atrativos para investidores internacionais, mencionando ainda conversas bilaterais com autoridades portuguesas, espanholas e alemãs sobre as respostas dos respectivos governos à guerra e seus efeitos sobre inflação e combustíveis (BRASIL 247, 2026).

No tema dos minerais críticos, central tanto para o G7 quanto para a agenda brasileira, Durigan apresentou o modelo de desenvolvimento aprovado recentemente na Câmara dos Deputados, que estabelece dois princípios estruturantes: soberania sobre os recursos minerais e promoção da industrialização doméstica, rompendo com o histórico de mera exportação de matéria-prima bruta. A posição brasileira dialoga diretamente com as tensões identificadas no comunicado do G7 sobre concentração de mercado e dependência de poucos fornecedores, mas a partir de uma perspectiva distinta: não a de um consumidor industrializado buscando diversificar fontes, mas a de um país detentor de reservas que reivindica agregar valor antes de exportar. “Se há capital francês, alemão ou americano interessado em investir nesse setor, que seja no Brasil, gerando empregos no Brasil e compartilhando tecnologia com universidades brasileiras”, afirmou o ministro (BRASIL 247, 2026).

Ainda na primeira semana do período analisado, entre os dias 11 e 12 de maio, a presidência francesa organizou a Cúpula Africa Forward em Nairóbi, no Quênia, como parte da estratégia de Macron de ampliar parcerias com o Sul Global antes de Évian. Foi o primeiro evento desse tipo organizado pela França em um país anglófono desde que os encontros África-França começaram, nos anos 1970, e reuniu mais de 30 chefes de Estado africanos. Macron anunciou um pacote de EUR 23 bilhões em investimentos, sendo EUR 14 bilhões oriundos de fundos públicos e privados franceses e EUR 9 bilhões de empresas africanas, com foco em transição energética, agricultura e inteligência artificial (AL JAZEERA, 2026). O presidente declarou apoio à criação de um mecanismo de garantia de primeira perda para reduzir o risco de investimentos no continente, comprometendo-se a defender a proposta junto ao G7 em Évian.

Na oportunidade, líderes africanos reafirmaram não querer ser tratados como receptores de ajuda ou em termos de empréstimos, mas em termos de investimentos que a África tem a oferecer. Sobre a percepção de risco indevidamente elevada por parte dos credores, o presidente queniano, William Ruto, afirma: “Queremos uma arquitetura financeira internacional funcional, representativa e justa, uma que reconheça as nossas oportunidades, uma que não julgue injustamente as economias africanas” (REUTERS, 2026). O líder queniano espera levar propostas discutidas em Nairóbi para Évian.

Diante do curto prazo até a Cúpula de Évian, a principal interrogação que persiste é: será que a França, que apostou na ampliação do diálogo e na retomada do espírito fundador do G7, será capaz de traduzir os princípios proclamados em compromissos capazes de fazer diferença real para as populações dos países em desenvolvimento?

**Referências**

AL JAZEERA. France's Macron announces $27bn investment in Africa at Kenya summit. Al Jazeera, 12 maio 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/5/12/frances-macron-announces-27bn-investment-in-africa-at-kenya-summit. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL 247. Brazil promotes critical minerals and investment agenda at G7 meeting. Global Times, 19 maio 2026. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202605/1361366.shtml. Acesso em: 24 maio 2026.

FRANCE. G7 Finance Ministers' and Central Bank Governors' communiqué, 19 May 2026. Ministério da Economia/Trésor, 2026b. Disponível em: https://presse.economie.gouv.fr/g7-finance-ministers-and-central-bank-governors-communique-may-19-2026/. Acesso em: 24 maio 2026.

LE MONDE. French minister says G7 talks were 'sometimes difficult'. Le Monde, Paris, 19 maio 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/05/19/french-minister-says-g7-talks-were-sometimes-difficult_6753610_4.htm. Acesso em: 24 maio 2026.

JORNAL ECONÔMICO. Apesar dos EUA, G7 reafirma compromisso com o multilateralismo. Jornal Económico (Portugal), 20 maio 2026. Disponível em: https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/apesar-dos-eua-g7-reafirma-compromisso-com-o-multilateralismo/. Acesso em: 24 maio 2026.

KIRTON, John. G7 Evian 2026: Preliminary Prospects. G7 Research Group, University of Toronto, 2025. Disponível em: https://www.g7.utoronto.ca/evaluations/2026evian/kirton-preliminary-prospects.html. Acesso em: 24 maio 2026.

REUTERS. Deals and new partnerships on the menu at Africa-France summit. Reuters, Nairóbi, 11 maio 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/deals-new-partnerships-menu-africa-france-summit-2026-05-11/. Acesso em: 25 maio 2026.

## A OCDE busca reavaliar a cooperação para o desenvolvimento e reforçar ações climáticas

*La OCDE pretende reevaluar la cooperación para el desarrollo y reforzar las medidas contra el cambio climático*

*The OECD aims to reassess development cooperation and strengthen climate action*

**Resumo:** Os destaques da OCDE se dividem entre a organização e promoção de um evento discutindo o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a publicação de estudos variados sobre temas de cooperação para o desenvolvimento, ação climática, economia, saúde e políticas sobre biomedicina e setor farmacêutico.

**Palavras-chave:** G20; EUA; G7; Reunião Ministerial de Finanças; África; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la organización y promoción de un evento en el que se debatirá el futuro de la cooperación para el desarrollo, así como la publicación de diversos estudios sobre temas relacionados con la cooperación para el desarrollo, la acción climática, la economía, la salud y las políticas sobre biomedicina y el sector farmacéutico.*

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; Reunión Ministerial de Finanzas; Africa; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include organizing and promoting an event to discuss the future of development cooperation, as well as publishing a variety of studies on topics*

*such as development cooperation, climate action, the economy, health, and policies related to biomedicine and the pharmaceutical sector.*

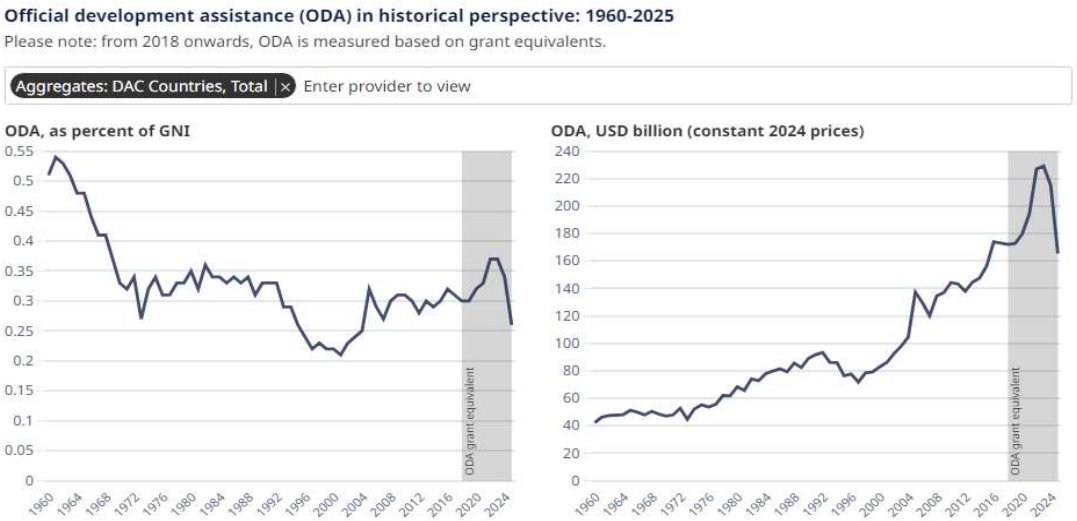
***Keywords:*** *G20; USA; G7; Finance Ministerial Meeting; Africa; OECD; international cooperation*

Durante os dias 11 e 12 de maio de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu a conferência internacional *"The Future of Development Co-operation: Charting strategic directions"*, reunindo virtual e presencialmente lideranças políticas, formuladores de políticas, formadores de opinião, representantes do setor privado e atores da sociedade civil em uma oportunidade na agenda mundial para debater e deliberar visões e ações para o futuro do cooperação para o desenvolvimento, conectando as realidades geopolíticas com as prioridades de desenvolvimento e traduzindo a visão em diretrizes estratégicas práticas, com o objetivo de revitalizar seu propósito, prioridades e impacto. No próprio material eletrônico da conferência, a mesma apontava que seu objetivo era de reconstruir a credibilidade e o foco da cooperação para o desenvolvimento, maximizar seu impacto e torná-la adequada para o futuro.

É interessante reforçar que o evento híbrido ocorreu em um contexto onde os dados preliminares do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da própria OCDE, sinalizaram o registro de que o ano de 2025 obteve uma queda histórica de 23,1% em relação ao ano anterior nos recursos mobilizados nas ações de ajuda ao desenvolvimento (AOD), sendo a maior contração anual já registrada e o segundo ano consecutivo de declínio, levando a AOD ao mesmo patamar do início da Agenda 20230 para o Desenvolvimento Sustentável.

Dessa maneira, o evento se tornou um espaço para discussões e reflexões sobre o estado da cooperação para o desenvolvimento, além de identificação de demandas e sugestões de prioridades de diferentes atores e regiões internacionais. Também foram disponibilizados em seu portal eletrônico materiais adicionais referentes aos tópicos discutidos, tais como, por exemplo, a assistência ao desenvolvimento no tema saúde, o papel da filantropia, os contornos de uma agenda coletiva de cooperação para o desenvolvimento, entre outros.

**Figura 1:** Ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) em perspectiva histórica: 1960-2025 — AOD, em percentagem do RNB; AOD, bilhões de dólares estadunidenses (preços constantes de 2024)



Na esteira de tal discussão, a organização divulgou também em maio o relatório *"Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2024"*. Parte da iniciativa que se concentra no financiamento climático fornecido e mobilizado por países desenvolvidos em direção à meta de mobilizar 100 bilhões de dólares estadunidenses anualmente para ações climáticas em países em desenvolvimento e avalia o progresso alcançado, o estudo delineia as tendências agregadas do financiamento climático anual fornecido e mobilizado pelos países desenvolvidos para a ação climática nos países em desenvolvimento no período de 2013 a 2024. Tais tendências são categorizadas e apresentadas por fonte de financiamento, tema climático, setor, grupo de renda e tipo de instrumento financeiro. Adicionalmente, o relatório inclui também informações sobre a estrutura contábil, os dados e os métodos que fundamentam os números. A pesquisa revela que a meta de US$100 bilhões — já ultrapassada em 2022, com US$115,9 bilhões — foi superada novamente em 2023 e 2024 por uma margem crescente.

Outra relevante adição relevante foi o estudo *"Scaling Up Private Action for Nature: Opportunities for Development Co-operation and Finance"* da própria organização. Nele, o tema explorado se torna para refletir em como a cooperação para o desenvolvimento pode ampliar a ação privada em prol da biodiversidade e do capital natural nos países em desenvolvimento. Para isso, o relatório destaca três pontos de partida entendidos como essenciais: (i) o fortalecimento de ambientes favoráveis; (ii) a promoção do engajamento do setor privado; e (iii) a mobilização de financiamento privado por meio de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, financiamento misto e mitigação de riscos. Juntos, tais mecanismos podem auxiliar em direcionar o financiamento e o investimento de atividades que prejudicam a natureza para práticas mais sustentáveis, inclusive no que tange cadeias de valor e comércios globais. Com o sucesso de tal estratégia, a organização sinaliza que a cooperação para o desenvolvimento pode desempenhar um papel catalisador ao conectar partes interessadas (públicas e privadas), desbloquear investimentos e integrar a biodiversidade em políticas, operações e cadeias de suprimentos.

Ainda durante a quinzena de maio, a organização econômica internacional permaneceu a adicionar novos e interessantes títulos em seu extenso acervo de documentos, estudos e relatórios promovidos e publicados pela mesma. O presente informe, dessa forma, ressalta brevemente alguns desses.

O primeiro a ser destacado é o artigo *"Anticipatory governance for responsible innovation in synthetic biology"*, que examina como os governos têm adaptado as estruturas de governança para a biologia sintética, utilizando o *OECD Framework for Anticipatory Governance of Emerging Technologies* (Modelo da OCDE para Governança Antecipatória de Tecnologias Emergentes, em tradução livre) como lente analítica. A análise então revisa estratégias nacionais, iniciativas regulatórias e instrumentos de políticas nos países membros e parceiros da própria OCDE, identificando práticas emergentes em cinco dimensões de governança: (i) valores orientadores; (ii) inteligência estratégica; (iii) envolvimento das partes interessadas; (iv) agilidade regulatória; e (v) cooperação internacional.

Com base em exemplos de mecanismos consultivos nacionais e programas de inovação, o artigo ilustra como os governos estão integrando princípios de governança antecipatória nas políticas de bioeconomia. Embora tais abordagens indiquem uma mudança em direção a uma regulamentação mais prospectiva e adaptativa, a implementação permanece desigual entre as

jurisdições. Desse modo, o artigo culmina em considerações políticas para fortalecer a governança antecipatória e apoiar a inovação responsável na bioeconomia emergente.

Outro destaque é o documento *"Nature-positive cities: A conceptual frameworks"*, que explora como as cidades podem lidar com a questão da perda de biodiversidade e da natureza urbana e aproveitar melhor ações em consonância com a meta 12 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Baseando-se em práticas atuais, o estudo identifica os principais obstáculos, incluindo conflitos com prioridades urbanas concorrentes, lacunas na orientação técnica, recursos financeiros limitados e processos fracos de monitoramento e avaliação. Em resposta a essas barreiras, o documento propõe uma abordagem abrangente de "Cidade Positiva para a Natureza" a fim de apoiar os formuladores de políticas na integração de objetivos políticos de biodiversidade, clima, bem-estar e economia no planejamento urbano, nos investimentos e na tomada de decisões em todos os níveis de governo.

No artigo *"What was the impact of the pandemic and energy-food shocks on European consumers' "everyday spending"?: Insights from a new dataset of monthly card spending for 12 countries and 9 spending categories"*, seus autores se esforçam para transformar em dados o impacto da pandemia e de choques nos preços de energia e dos alimentos no consumo cotidiano europeu, construindo um conjunto complexo de dados granulares de alta frequência a partir de dados agregados e anonimizados em nível de transação da Mastercard. A partir de tal base, estima-se gastos os mensais nacionais e subnacionais para doze países europeus nos períodos entre 2018 a 2024.

O cenário revelado indica que os gastos do dia a dia se recuperaram após a pandemia, porém têm estado moderados desde 2022, marcando uma forte desaceleração em relação às tendências pré-2020 e apresentando uma trajetória mais fraca do que a sugerida pelos dados anuais das contas nacionais. Os dados mensais granulares indicam também como as famílias ajustaram seus gastos em diferentes categorias em resposta às mudanças bruscas nos preços e à queda na renda real. Os padrões subnacionais apontam que as regiões subnacionais mais pobres sofreram uma desaceleração mais acentuada nos gastos cotidianos, o que é consistente com sua maior exposição a bens essenciais, como alimentos e energia. Em frequência mensal, os aumentos na renda nominal estão associados a melhorias perceptíveis nos gastos reais.

Paralelamente, a OCDE ainda divulgou durante o período da quinzena a publicação de três documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos tópicos temáticos de Saúde. Assim, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Na publicação intitulada *"Cluster analysis of non-communicable disease burden, prevention and management across EU27+2 countries"*, o foco principal é a análise de *cluster* de doenças não transmissíveis (DNTs) em vinte e sete países membros da União Europeia, além de Noruega e Islândia (UE27+2). Através de tal análise, é identificado perfis semelhantes de DNTs, incluindo em seu escopo aspectos como a carga da doença, exposição ao risco, medidas de prevenção e esforços de gestão. Os autores do artigo argumentam que os agrupamentos feitos na pesquisa podem auxiliar na orientação do trabalho colaborativo entre países para abordar prioridades comuns, compartilhamento de mecanismos e melhores práticas e traçar estratégias compartilhadas adaptadas a contextos comparáveis.

Já o artigo *"Valuing a reduction in the risk of non-fatal cancer: A large-scale multi-country stated preference approach"* a abordagem utilizada se preocupa em avaliar a carga de morbidade do câncer sob a ótica de quantificação de seu verdadeiro impacto econômico, apresentando os resultados do estudo de preferência declarada sobre a disposição dos

indivíduos em pagar para evitar os encargos físicos, emocionais e econômicos de sobreviver ao câncer em dez países (Canadá, Dinamarca, Estônia, Japão, México, Noruega, Eslovênia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos).

Sua pesquisa faz parte de um projeto mais amplo da organização intergovernamental sobre a disposição a pagar para evitar efeitos negativos à saúde relacionados a produtos químicos (SWACHE, em inglês), que busca estabelecer valores internacionalmente comparáveis para a disposição a pagar para efeitos negativos à saúde decorrentes da exposição a produtos químicos. As constatações apresentadas no estudo têm potencial para análises de custo-benefício de políticas que afetam a exposição a carcinógenos conhecidos ou suspeitos, contribuindo, segundo a OCDE, para uma proteção à saúde pública mais eficaz e equitativa.

Por fim, no estudo de caso *"Due diligence essentials for responsible pharmaceuticals"*, a ênfase dada na pesquisa é no setor farmacêutico sob o olhar de diligência prévia (*due diligence*, em inglês). Compreendida como um setor situado na intersecção da inovação científica, da saúde pública e do comércio global, além de abranger uma complexa cadeia de valor que engloba pesquisa e desenvolvimento, fornecimento de matérias-primas, fabricação de medicamentos e distribuição, o documento atenta sobre os riscos e impactos relevantes, bem como as oportunidades e desafios que as empresas enfrentam na implementação de sua diligência prévia baseada em riscos, em conformidade com os padrões internacionais de conduta empresarial responsável.

Tudo isso destinando-se a informar de modo claro às empresas dentro e fora do setor farmacêutico que buscam compreender sua exposição aos riscos relacionados, além de formuladores de políticas e partes interessadas que desejam entender melhor as oportunidades para a promoção de uma diligência prévia eficaz no setor.

**Referências**


OECD. The Future of Development Co-operation Charting strategic directions. OECD [Internet]. 2026 May 12 [cited 2026 May 22]. Available from: https://www.oecd-events.org/e/future-of-development-co-operation/en#bl-7d0b3f5b-c3a6-4b40-8749-390d707a7040.

OECD. A historic decline in foreign aid: Preliminary 2025 ODA data. OECD [Internet]. 2026 Apr 09 [cited 2026 May 22]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/data-explainers/2026/04/a-historic-decline-in-foreign-aid-preliminary-2025-oda-data.html.

Ainsworth D. OECD special edition: So, what is the future of development?. DEVEX [Internet]. 2026 May 13 [cited 2026 May 22]. Available from: https://www.devex.com/news/oecd-special-edition-so-what-is-the-future-of-development-112478.

OECD. Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2013-2024. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: https://doi.org/10.1787/ab5eb9ad-en.

OECD. Developed countries exceed USD 100 billion climate finance goal for third consecutive year. OECD [Internet]. 2026 May 21 [cited 2026 May 22]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/05/developed-countries-exceed-usd-100-billion-climate-finance-goal-for-third-consecutive-year.html.

OECD. Scaling Up Private Action for Nature: Opportunities for Development Co-operation and Finance. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: https://doi.org/10.1787/cae9a3dc-en.

OECD. Anticipatory governance for responsible innovation in synthetic biology. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];193. Available from: https://doi.org/10.1787/864dd003-en.

OECD. Nature-positive cities: A conceptual framework. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];183. Available from: https://doi.org/10.1787/c2ca2a9a-en.

Amann J, Barnes S, Monteiro L, Goel S, Haugh D. What was the impact of the pandemic and energy-food shocks on European consumers' "everyday spending"?: Insights from a new dataset of monthly card spending for 12 countries and 9 spending categories. OECD Economics Department Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];1864. Available from: https://doi.org/10.1787/608804a8-en.

Cecchini M, Vuik S, Everard C. Cluster analysis of non-communicable disease burden, prevention and management across EU27+2 countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];195. Available from: https://doi.org/10.1787/eba334a3-en.

Herrera-Araujo D, Andersson H, Dussaux D, Kostopoulo M, Bystrom O. Valuing a reduction in the risk of non-fatal cancer: A large-scale multi-country stated preference approach. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22];274. Available from: https://doi.org/10.1787/0345660e-en.

OECD. Due diligence essentials for responsible pharmaceuticals. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 22]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/07/responsible-business-conduct-spotlights_f7f722d0/due-diligence-essentials-for-responsible-pharmaceuticals_3ef83d6e/d23c0086-en.pdf.